

SUBPROJETO VI
CONSTRUÇÃO DE PROPOSTA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DE
FORMAÇÃO CONTINUADA DE TRABALHADORES EM
QUESTÕES DO MUNDO DO TRABALHO

Atividades de Desenvolvimento Metodológico
(Outras Atividades de Desenvolvimento Metodológico)

**ELABORAÇÃO DO PROGRAMA UNIVERSIDADE
DO TRABALHADOR**

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT – Nº. 003/2007 e Termos Aditivos

2010

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS



**Ministério do
Trabalho e Emprego**



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego

Carlos Lupi

Secretário de Políticas Públicas de Emprego

Ezequiel Sousa do Nascimento

Diretor do Departamento de Qualificação - DEQ

Carlo Roberto Simi

Coordenadora-Geral de Qualificação - CGQUA

Fátima Rosa Naves de Oliveira Santos

Coordenadora-Geral de Certificação e Orientação Profissional - CGCOP

Ana Paula da Silva

Ministério do Trabalho e Emprego – MTE
Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE
Esplanada dos Ministérios Bl. F Sede
3º Andar-Sala 300
Telefone: (61) 3317-6264
Fax: (61) 3317-8216
CEP: 70059-900
Brasília - DF

Obs.: Os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego.



Direção Sindical Executiva

Tadeu Moraes de Sousa – Presidente

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de São Paulo Mogi e Região - SP

Alberto Soares da Silva - Vice-presidente

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

João Vicente Silva Cayres – Secretário

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Ana Tércia Sanches – Diretora

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Antônio de Souza – Diretor

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Carlos Donizeti – Diretor

Fed. dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

Josinaldo José de Barros – Diretor

STI Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

José Carlos Souza – Diretor

STI de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Mara Luzia Feltes – Diretora

Sind. dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Maria das Graças de Oliveira – Diretora

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa – Diretor

Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

Pedro Celso Rosa – Diretor

STI Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Zenaide Honório – Diretora

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Estudos e Desenvolvimento

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Educação

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Rua Ministro Godói, 310 – Parque da Água Branca – São Paulo – SP – CEP 05001-900

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: en@dieese.org.br

<http://www.dieese.org.br>

Ficha Técnica

Equipe Executora

DIEESE

Coordenação do Projeto

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional pelo Projeto
Sirlei Márcia de Oliveira – Coordenadora Executiva
Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira
Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa Financeira de Projetos
Antonio Eduardo Rodriguez Ibarra – Coordenador Subprojeto I
Lilian Arruda Marques - Coordenadora Subprojeto II
Antonio Eduardo Rodriguez Ibarra – Coordenador Subprojeto III
Pedro dos Santos Bezerra Neto – Coordenador Subprojeto IV
Paulo Roberto Arantes do Valle – Coordenador Subprojeto V
Angela Maria Schwengber - Coordenadora Subprojeto V
Suzanna Sochaczewski Evelyn – Coordenadora Subprojeto VI

Apoio

Equipe administrativa do DIEESE

Entidade Executora

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

Consultores

Consultoria Educacional Peabiru LTDA - Consultores Associados em Educação
DEP Tecnologia da Informação LTDA
Jurema Regueira A. Monteiro Rosa

Financiamento

Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
1. OS TRABALHADORES NA UNIVERSIDADE HOJE: ACESSO E PERMANÊNCIA	8
1.1 A demanda dos trabalhadores por uma educação de ensino superior de qualidade	9
2. PROPOSTAS PARA UM PROGRAMA O TRABALHADOR NA UNIVERSIDADE	12
BIBLIOGRAFIA	14
ANEXOS	17
ANEXO 1 - Entidades sindicais, internacional tripartite e instituições de ensino superior visitadas	18
ANEXO 2 - Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda - DIEESE – São Paulo 2009	19
ANEXO 3 - Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda	20
ANEXO 4 - Anuário dos Trabalhadores - DIEESE – São Paulo 2009	21
ANEXO 5 – Estudos e Pesquisas: A ocupação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos	22

APRESENTAÇÃO

O presente estudo faz parte do Convênio MTE/SPPE/CODEFAT N° 003/2007 e Termos Aditivos, firmado entre o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, que, de maneira geral, tem como objetivo a produção de informações que possam subsidiar a ação do MTE na implementação de políticas públicas relacionadas ao mundo do trabalho.

A proposta que aqui se apresenta, faz parte do *subprojeto VI – Construção de proposta de institucionalização de formação continuada de trabalhadores em questões do mundo do trabalho* e parte da análise dos dados que expressam a atual possibilidade de ingresso e permanência de trabalhadores em Instituições de Educação Superior no Brasil.

Desenvolve-se como continuidade da *Oficina de Validação do Programa Universidade do Trabalhador* realizada em agosto de 2009 - cujo relatório circunstanciado é parte da prestação de contas deste Subprojeto - com a participação de oito (08) membros do Movimento Sindical brasileiro e doze (12) técnicos do DIEESE, diretamente relacionados à área de educação.

Traz ainda como subsídio uma entrevista com o Professor Maerbaul Bittencourt Marinho, Pró Reitor de Graduação da Universidade Federal da Bahia. O professor sugeriu, além de várias outras idéias interessantes, que o nome do programa fosse mudado para *O Trabalhador na Universidade*, mais de acordo com os objetivos a serem alcançados por esta proposta.

Ao longo do processo de sua instituição - 2006/2010 - o projeto *Escola de Ciências do Trabalho* foi apresentado às direções e secretarias de formação das Centrais Sindicais brasileiras, a entidades sindicais internacionais, a universidades públicas brasileiras, a universidades em outros países, à Organização Internacional do Trabalho – OIT. (Anexo 1) Nessas reuniões foi discutida a dificuldade, ainda nos dias de hoje, do brasileiro conciliar estudo universitário e trabalho e apresentadas propostas para sua solução.

A proposta *O Trabalhador na Universidade* tem ainda como referências o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – em andamento desde 2007, o PROUNI –

Programa Universidade para Todos – do mesmo ano, o Programa REUNI também iniciado em 2007 e as Portarias Normativas nº 3 e nº 7 de 2010. Estas iniciativas do governo federal propõem mudanças nas condições de acesso e permanência em universidades públicas e privadas em todo o país.

O conjunto de reflexões e propostas que se seguem consideram estes planos e programas do governo federal como passos decisivos em direção aos objetivos desejados. Merece destaque a recente utilização do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio - como porta de entrada para a universidade.

Finalmente, pretende-se com este trabalho apresentar algumas propostas da *Escola de Ciências do Trabalho* do DIEESE, em processo de institucionalização junto ao Ministério da Educação que viabilizem o acesso e a permanência de trabalhadores na universidade.

1. OS TRABALHADORES NA UNIVERSIDADE HOJE: ACESSO E PERMANÊNCIA

Apesar dos programas governamentais em andamento, a participação de trabalhadores na educação superior ainda é pequena. De acordo com dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE - reelaborados pelo DIEESE, o percentual de pessoas com educação superior incompleta na PEA – População Economicamente Ativa - era de 5,0% e com superior completo não chegava a 10% (9,9%) em 2008. Estes percentuais são praticamente os mesmos para os ocupados: 4,9% têm educação superior incompleta e 10,3% tem superior completo, segundo a PNAD do mesmo ano. Portanto, teria que ser investigado como e porque a educação superior parece ter pouca influência para a condição de ocupado, já que na PEA - conjunto de ocupados e desempregados - os números são praticamente os mesmos. (Anexos 2 e 3)

Por outro lado, também quando se examinam os dados relativos ao ensino médio completo, portanto, daqueles que atingiram a escolaridade necessária para ingresso na educação superior, encontra-se percentuais muito mais altos seja para a PEA – 26,5% - seja para os ocupados – 26,1%. Isso significa que um grande número de trabalhadores com ensino médio não tem acesso às universidades ou não conseguem conciliar trabalho e educação superior. (Anexos 2 e 3)

São vários os motivos que explicam essa situação. O primeiro deles, talvez o mais importante porque o mais freqüente, seja o fato de ainda hoje no Brasil os jovens de famílias com maior renda cursarem o ensino fundamental e o ensino médio em escolas privadas onde são mais bem preparados para os vestibulares de universidades públicas gratuitas. Enquanto isso, jovens pobres frequentam o ensino fundamental e o ensino médio em escolas públicas e chegam ao exame vestibular, mal preparados para disputar vagas da educação superior gratuita. Este fato explica a dificuldade destes jovens, que muitas vezes já trabalham, em entrar numa universidade pública e gratuita.

A reserva de vagas em universidades federais e estaduais para egressos de escolas públicas, programa governamental em andamento, tem, nos últimos tempos, minorado esta situação, mas ainda não atende a todos que desejam ou precisam continuar seus estudos.

A renda familiar também traz diferenças importantes em termos de aprendizado para jovens trabalhadores¹. Aqueles de famílias de renda mais alta podem optar por não trabalhar ou por aceitar empregos com jornada parcial ou horários flexíveis que resultam em menor remuneração, já que não precisam contribuir para a renda familiar de forma substantiva. Ao contrário, os provenientes de famílias de baixa renda são obrigados a aceitar trabalho em tempo integral o que inviabiliza, em quase todos os casos, a continuidade dos estudos.

Este fato não só reproduz, mas aprofunda a desigualdade social em nosso país, na medida em que jovens trabalhadores se apresentam ao mercado de trabalho em condições desiguais. (Anexo 4)

Finalmente, uma parte dos trabalhadores, que aparece nas estatísticas com ensino superior incompleto ou completo, estuda ou estudou em instituições de ensino superior privadas que têm mais dificuldade em propiciar uma formação de bom nível.

1.1 A demanda dos trabalhadores por uma educação de ensino superior de qualidade

É histórica a luta dos trabalhadores brasileiros por uma universidade de qualidade, acessível a todos que o desejarem. A realidade da educação superior acima descrita é uma das razões pelas quais o DIEESE, respondendo a uma demanda do Movimento Sindical, apresenta neste momento ao Ministério da Educação o pedido de credenciamento para a *Escola de Ciências do Trabalho* e autorização para seu primeiro *Bacharelado Interdisciplinar em Ciências do Trabalho*.

Conhecer e entender a complexidade do mundo em que vivem e trabalham como requisito para ações transformadoras, a renovação de quadros sindicais e a quase inexistência de formação política nos dias de hoje, explicam a urgência da demanda sindical por uma educação superior de qualidade que se distinga das demais por sua produção de conhecimento a partir do trabalho e por uma formação humana integral.

¹ Ver nota técnica do DIEESE de setembro de 2006: *A ocupação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos*, anexa a este relatório.

Ao mesmo tempo, são trabalhadores que vivem, em seu dia a dia, as dificuldades apresentadas anteriormente. Por este motivo, esperam que uma escola do DIEESE possa oferecer condições diferentes de acesso e permanência nos estudos.

Um cálculo modesto aponta que se cada uma das entidades sócias do DIEESE enviasse dois dirigentes como estudantes a cada ano, só do Movimento Sindical a *Escola de Ciências do Trabalho* deveria atender 1200 (mil e duzentas) pessoas por ano, provenientes de todas as unidades da federação e categorias de trabalhadores.

Além disso, há um público, também trabalhador embora não necessariamente sindical, interessado nessa escola. Já manifestaram tal interesse parlamentares e assessores parlamentares, professores universitários e do ensino médio, pesquisadores, gestores públicos, advogados trabalhistas, jovens saídos do ensino médio, entre vários outros grupos.

Algumas experiências nacionais e internacionais mostram a possibilidade desse tipo de formação. Uma delas, brasileira e bem sucedida, tem no financiamento público uma das chaves para seu sucesso. Trata-se da *Escola Florestan Fernandes* do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST - que atende tanto a seus quadros como a trabalhadores rurais de um modo geral. O MST mantém uma instituição de ensino superior própria e, além disso, trabalhadores rurais estudando por meio de convênios em faculdades e universidades públicas e privadas. Essa possibilidade só é uma realidade devido ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA - do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que além do MST também atende a outras entidades de trabalhadores rurais em diferentes níveis de ensino.

Se por um lado, a trajetória do MST em termos de educação superior é exitosa no que diz respeito ao acesso e permanência de trabalhadores no ensino superior, por outro tem sido questionada a exclusividade de ingresso que o Movimento estabelece como regra em seus cursos.

Esse último aspecto de uma política pública que procura enfrentar a desigualdade de nossa sociedade no que diz respeito à educação, traz um dilema de difícil solução: como garantir o direito dos mais frágeis e vulneráveis sem estabelecer “guetos” que representam o avesso de uma formação de cidadãos.

O DIEESE ao instituir a *Escola de Ciências do Trabalho* considera e leva em conta as circunstâncias e condições em que trabalhadores estudam em nosso país e por este motivo propõe o programa *O Trabalhador na Universidade* que tem como finalidade viabilizar seu ingresso e permanência na educação superior.

2. PROPOSTAS PARA O PROGRAMA O TRABALHADOR NA UNIVERSIDADE

Ao propor o programa *O Trabalhador na Universidade*, o DIEESE tem, como foi dito acima, como referência os programas governamentais já em andamento e apresenta outras ações que o novo programa poderia contemplar.

Estas ações podem ser divididas em três tipos: a) aquelas voltadas para a conclusão do ensino médio e ingresso na educação superior; b) as que dizem respeito à permanência de trabalhadores estudantes na educação superior com tempo e possibilidade de estudo para um aprendizado de qualidade e c) aquelas que dariam continuidade ao programa proposto por meio de credibilidade acadêmica e sustentabilidade financeira.

Entre as primeiras propõe-se:

- Elaborar e direcionar uma política pública específica para que trabalhadores possam concluir o ensino médio e assim se apresentar para ingresso na educação superior, o que se justifica pelo fato de que apenas ¼ dos trabalhadores ocupados concluiu esta etapa da escolaridade;
- Possibilitar capacitação direcionada para preparar dirigentes sindicais a ingressarem num curso superior (cursinho pré-vestibular). Esta ação tem como justificativa as grandes diferenças entre o aprendizado nos ensinos fundamental e médio acessíveis a membros de famílias de renda mais alta e aquele que jovens de famílias de baixa renda recebem. Desigualdade que se torna evidente no momento da disputa por vagas em universidades públicas;
- Viabilizar um processo de seleção voltado para a realidade do trabalhador, visando o preenchimento de vagas não utilizadas nas universidades públicas. Esta ação que facilita, de um lado, o ingresso do trabalhador no ensino superior, de outro otimiza o gasto com recursos públicos na área de educação;

As do segundo tipo são:

- Desenvolver um programa de bolsas para uma linha de pesquisa relacionada a temas do trabalho a ser oferecida pela escola a professores e estudantes interessados. Justifica-se esta ação pela produção de novos conhecimentos nesta área, pela possibilidade de construção de um novo campo do conhecimento e

pela oferta de trabalho remunerado e na área de conhecimento da escola a estudantes selecionados;

- Desenvolver um programa de bolsas para monitoria remunerada envolvendo trabalhadores estudantes que assim aprofundariam seus estudos e teriam sua permanência na educação superior viabilizada ou pelo menos facilitada;

Finalmente, aquelas do terceiro tipo:

- Estabelecer um programa de bolsas para formar docentes numa concepção de ensino e pesquisa *a partir* do trabalho;
- Estimular a introdução de questões relacionadas ao trabalho no ensino médio e fundamental;
- Desenvolver uma proposta curricular que tem os fundamentos do trabalho como base ao ensino profissionalizante e à qualificação profissional;
- Viabilizar recursos para o desenvolvimento de material didático e pedagógico para o ensino e pesquisa *a partir* do trabalho;
- Viabilizar recursos para a publicação de livros e revistas tendo como tema o trabalho incluindo aqueles de autoria de trabalhadores estudantes;
- Apoiar a expansão do Curso de Ciências do Trabalho em Universidades Públicas por meio da formação de um *Centro de Excelência em Ciências do Trabalho* que tem a *Escola de Ciências de Trabalho* como núcleo produtor de conhecimento e uma *Rede Acadêmica* ou não *de Pesquisadores e Estudiosos em Trabalho*.

Este conjunto de proposições procura responder a cada uma das questões anteriormente apresentadas como aquelas que impedem ou dificultam o acesso e a permanência de trabalhadores na educação superior.

BIBLIOGRAFIA

APPLEBAUM, P. D. The concept of work: ancient, medieval and modern. Albany, State University of New York, 1992

CANÁRIO, Rui, A escola e a abordagem comparada. Novas realidades e novos olhares. In Sísifo Revista de Ciências da Educação, n.1 set/dez. 2006

CASTILLO, Juan Jose. “El paradigma perdido de la interdisciplinarietà: volver a los clásicos in Revista Latino- americana de Estudios do Trabalho, ano 3, número 5, 1997 pp 19 - 35

EZPELETA, Justa e ROCKWELL, Elsie. *A construção social da escola. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília. MEC/INEP, v.66, n.152, jan/abr, 1985. pp. 106-120

FERNANDES. Uirá. O currículo na encruzilhada pós-moderna- um estudo de caso de uma escola pública paulistana. Dissertação do Programa de pós-graduação da Universidade de São Paulo - USP. Faculdade de Educação. 2007.

FREIRE. Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17ª edição. Rio de Janeiro, Editora Paz e terra, 1987.

FREIRE. Paulo. *Por uma pedagogia da pergunta*. 3ª edição. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1985.

FRIEDMAN, G. *O trabalho em migalhas*. São Paulo, Perspectiva, 1972

FRIGOTTO, G. A. CIAVATTA, M. “Educar o trabalhador produtivo ou o ser humano emancipado?” in *Trabalho, Educação e Saúde*, 1 (1) 2003

GELPI, Hector. La formación como proyecto de los trabajadores. In. RIASUTTO, Carlos (org) *Educación y clase obrera*. Sacramento, México: Nueva Imagen, 1978.

GOLDENSTEIN, M. S. *Produção de conhecimento e atividade formativa: uma proposta para educadores*. Tese de doutorado, Faculdade de Educação, UNICAMP, 2009

HIRATA, H. “O(s) mundo(s) do trabalho” in CASALI, A et alii (org). *Empregabilidade e*

educação: novos caminhos no mundo do trabalho. São Paulo, EDUC, 1997

LANZARDO, Dario. Marx e a enquete operária. In: THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo, Editora Polis, 1981.

LEITE, M. P. O futuro do trabalho. São Paulo, Editora Página Aberta, 1994

LOPES, Jose Sergio Leite. “Subjetividade e linguagem do trabalho” in Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho, ano 3, número 5, 1997 pp 40-51

LUDOVICI, Emilio S. *Derecho de los trabajadores al estudio, organización del trabajo e institución escolar*. In. RIASUTTO, Carlos (org) *Educación y clase obrera*. Sacramento, México: Nueva Imagen, 1978. p.101-117.

MAMAK , Alexander “Nacionalismo, conciencia de clase y conciencia racial y la investigación social en la isla de Bougainville, Papua Nueva Guinea” . In: Simposio Mundial *sobre investigación activa y análisis científico*. Cartagena, Punta de Lanza. 1977.

MARTINS, J. S. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano, São Paulo, FFLCH/USP, Hucitec, 1997

MOLANO, Alfredo. Introducción. In: *Simposio Mundial sobre Investigación Activa y Análisis Científico*, Cartagena , Colombia, 1977, IX-XLV. Anais

NOSELLA, Paolo A escola de Gramsci. Porto Alegre, Artes Medicas, 1992.

NÓVOA, A et alii Ciências da Educação e mudança. Porto, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 1991

OLIVEIRA, Miguel Darcy de. *Conhecer para transformar*. In CECCON, Claudius; FREIRE, Paulo; OLIVEIRA, Rosiska Darcy de; OLIVEIRA, Miguel Darcy de;. *Vivendo e aprendendo – experiências do IDAC em educação popular*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1980. p. 15-36.

PAIVA, V. Educação Popular e Educação de Adultos. São Paulo: Loyola, 1983.

PANZIERI, Raniero. A Concepção Socialista da Enquete Operária. In. THIOLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo, Editora

Polis,1981.

PIMENTA, Selma G. Educação, Pedagogia e Didática. In Pimenta, S.G(org) Pedagogia, ciência da educação? São Paulo, Cortez. 1996

RIBEIRO, R. J. Humanidades: um novo curso na USP. São Paulo, Editora da USP, 2001

SAIANI, C. O valor do conhecimento tácito: a epistemologia de Michael Polanyi na escola. São Paulo, Escrituras Editoras, 2004

SANTOS. Boaventura de Sousa. Os desafios das Ciências Sociais hoje. Encarte CLACSO - Cadernos da America Latina X - Conferência realizada em La Paz, 29 de março de 2007. Publicada no livro Pensar y la sociedad: desafíos actuales (La Paz: CLACSO, Muela Del Diablo Editores y Comuna).

SAVIANI. Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Universidade Federal de Campinas. Revista Brasileira de Educação. v.12- n. 34. jan./abr.2007

SOCHACZEWSKI, S. “Educação, trabalho e vida” in Juventudes, CUT, 2008

SOCHACZEWSKI, S. A produção de vida: o papel e o lugar do trabalho na vida contemporânea. Tese de doutorado, FFLCH/USP, 1998

SOCHACZEWSKI, S. SANCHEZ, S. PRESCENDO, M. V. Os trabalhadores e inovações tecnológicas: demandas e perspectivas. Relatório de pesquisa, São Paulo, DIEESE, 1989

VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente*. São Paulo : Martins Fontes, 1994.

ANEXOS

ANEXO 1 - Entidades sindicais, internacional tripartite e instituições de ensino superior visitadas

- Central Única dos Trabalhadores – CUT
- Força Sindical
- União Geral dos Trabalhadores – UGT
- Nova Central Sindical dos Trabalhadores – NCST
- Central Geral dos Trabalhadores do Brasil – CGTB
- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTTB
- Coordenação Nacional de Lutas – Conlutas
- Confédération International du Travail - CSI
- SASK – entidade finlandesa de solidariedade internacional
- Organização Internacional do Trabalho – OIT – Programa ACTRAV Turim
- Universidade Federal do ABC
- Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP campus Guarulhos
- Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho – CESIT - da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP –
- Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Departamento de Engenharia de Produção da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Universidade Federal de Minas Gerais
- Departamento de Bacharelados Interdisciplinares da Universidade Federal da Bahia
- National Labour University – AFL-CIO – Estados Unidos da América
- Departament de Ergologie - Université de Provence - França

ANEXO 2 - Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda - DIEESE – São Paulo 2009

Tabela 2

Distribuição da população economicamente ativa (PEA) segundo escolaridade

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2008 (em %)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
Norte	10,1	35,9	10,0	7,9	25,8	4,1	6,3	100,0
Acre	13,9	31,4	9,1	6,3	25,0	5,4	9,0	100,0
Amapá	4,5	22,3	15,7	8,4	34,3	5,9	8,9	100,0
Amazonas	10,1	26,7	10,3	6,8	34,0	5,5	6,6	100,0
Pará	10,2	40,3	10,2	8,5	22,8	2,8	5,1	100,0
Rondônia	9,9	42,5	8,8	7,1	21,6	4,4	5,7	100,0
Roraima	8,0	27,4	7,3	7,2	35,1	7,4	7,7	100,0
Tocantins	11,3	36,0	8,0	8,6	21,9	5,2	9,0	100,0
Nordeste	15,9	37,7	8,2	6,9	22,5	3,2	5,6	100,0
Alagoas	20,7	39,1	8,5	6,2	16,2	3,1	6,2	100,0
Bahia	15,2	38,1	7,7	7,5	23,9	3,1	4,4	100,0
Ceará	16,0	35,0	10,0	6,7	23,5	3,2	5,7	100,0
Maranhão	17,4	39,4	8,6	6,4	22,0	1,9	4,4	100,0
Paraíba	17,3	36,9	7,4	6,8	20,5	2,9	8,1	100,0
Pernambuco	13,2	38,4	7,8	6,7	23,7	3,7	6,6	100,0
Piauí	20,7	40,8	7,0	6,6	16,1	3,0	5,7	100,0
Rio Grande do Norte	15,2	35,1	7,2	7,3	24,0	4,3	7,0	100,0
Sergipe	12,2	35,1	9,6	7,0	24,3	4,6	7,2	100,0

Tabela 2 (conclusão)

Distribuição da população economicamente ativa (PEA) segundo escolaridade

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2008 (em %)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
Sudeste	4,7	28,7	11,0	7,3	30,1	5,6	12,5	100,0
Espírito Santo	8,0	35,0	10,6	7,0	26,2	4,0	9,1	100,0
Minas Gerais	6,6	37,9	10,6	7,4	24,0	4,5	8,9	100,0
Rio de Janeiro	4,3	26,0	11,5	6,7	30,1	6,9	14,4	100,0
São Paulo	3,6	24,7	11,1	7,5	33,4	5,9	13,8	100,0
Sul	4,6	33,7	11,9	7,5	24,6	6,2	11,6	100,0
Paraná	5,7	30,9	11,7	7,4	25,8	5,7	12,9	100,0
Rio Grande do Sul	3,6	38,4	11,5	7,7	22,6	6,6	9,7	100,0
Santa Catarina	4,4	29,9	12,9	7,2	26,4	6,4	12,8	100,0
Centro-Oeste	7,0	32,4	10,2	8,5	25,0	5,8	11,2	100,0
Distrito Federal	3,9	18,5	9,3	8,1	30,5	9,3	20,4	100,0
Goiás	7,0	35,9	10,0	8,5	25,2	4,6	8,8	100,0
Mato Grosso	9,5	33,2	11,5	8,7	22,4	5,9	8,8	100,0
Mato Grosso do Sul	7,3	37,5	9,6	8,3	21,9	5,1	10,3	100,0
BRASIL	8,2	32,7	10,3	7,4	26,5	5,0	9,9	100,0

Fonte: IBGE.Pnad

Elaboração: DIEESE

Obs.: a) Exclui pessoas com escolaridade não determinada

b) Foram consideradas as pessoas de 10 anos ou mais

ANEXO 3 - Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda - DIEESE – São Paulo 2009

Tabela 3
Distribuição dos ocupados segundo escolaridade
 Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2008 (em %)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
Norte	10,4	36,7	9,9	7,5	25,1	4,0	6,4	100,0
Acre	13,9	32,0	8,7	6,1	24,6	5,4	9,4	100,0
Amapá	4,8	21,9	16,0	8,4	33,6	5,8	9,5	100,0
Amazonas	10,5	27,5	10,2	6,1	33,6	5,3	6,8	100,0
Pará	10,4	41,2	10,0	8,2	22,1	2,8	5,2	100,0
Rondônia	10,2	43,0	9,0	6,7	21,0	4,3	5,9	100,0
Roraima	8,3	28,1	7,4	6,9	34,0	7,4	8,1	100,0
Tocantins	11,7	36,6	8,1	8,0	21,4	5,0	9,2	100,0
Nordeste	16,7	38,3	8,0	6,4	21,6	3,1	5,9	100,0
Alagoas	21,5	39,5	8,1	5,9	15,6	3,1	6,3	100,0
Bahia	16,2	38,8	7,5	6,8	23,0	3,0	4,7	100,0
Ceará	16,7	35,6	9,8	6,2	22,7	3,1	5,8	100,0
Maranhão	18,1	40,2	8,3	5,8	21,1	1,9	4,6	100,0
Paraíba	18,0	37,3	7,3	6,4	19,6	2,9	8,4	100,0
Pernambuco	13,9	39,1	7,6	6,1	22,7	3,7	6,9	100,0
Piauí	21,4	41,4	6,9	6,5	15,2	2,9	5,7	100,0
Rio Grande do Norte	15,7	35,4	7,1	6,8	23,5	4,3	7,3	100,0
Sergipe	12,8	35,8	9,2	6,6	23,3	4,6	7,6	100,0

Tabela 3 (conclusão)
Distribuição dos ocupados segundo escolaridade
 Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação 2008 (em %)

Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Sem instrução	Fundamental incompleto	Fundamental completo	Médio incompleto	Médio completo	Superior incompleto	Superior completo	Total
Sudeste	4,7	29,2	10,9	6,7	30,0	5,6	13,0	100,0
Espírito Santo	8,2	35,0	10,6	6,6	26,4	4,0	9,3	100,0
Minas Gerais	6,7	38,3	10,4	7,1	23,9	4,4	9,2	100,0
Rio de Janeiro	4,2	26,5	11,5	6,0	29,8	6,8	15,2	100,0
São Paulo	3,5	25,1	10,9	6,7	33,4	5,9	14,5	100,0
Sul	4,6	34,0	11,8	7,1	24,5	6,1	11,8	100,0
Paraná	5,8	31,3	11,6	7,0	25,8	5,7	13,0	100,0
Rio Grande do Sul	3,6	38,9	11,3	7,3	22,3	6,6	10,0	100,0
Santa Catarina	4,2	30,0	12,9	7,0	26,5	6,3	13,2	100,0
Centro-Oeste	7,2	32,9	10,0	8,1	24,7	5,7	11,5	100,0
Distrito Federal	3,9	18,8	9,2	7,5	29,8	9,2	21,5	100,0
Goiás	7,1	36,3	10,0	8,1	25,0	4,6	9,0	100,0
Mato Grosso	9,6	33,5	11,1	8,4	22,4	5,8	9,2	100,0
Mato Grosso do Sul	7,5	38,0	9,3	8,0	21,7	4,8	10,6	100,0
BRASIL	8,5	33,2	10,1	6,8	26,1	4,9	10,3	100,0

Fonte: IBGE.Pnad
 Elaboração: DIEESE
 Obs.: a) Exclui pessoas com escolaridade não determinada
 b) Foram consideradas as pessoas de 10 anos ou mais



b) Foram consideradas as pessoas de 10 anos ou mais

ANEXO 4 - Anuário dos Trabalhadores - DIEESE – São Paulo 2009

**Anos de estudo das pessoas ocupadas de 10 anos ou mais
Brasil e Grandes Regiões 2007 (em %)**

Tabela 36

Anos de estudo	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Sem instrução e menos de 1 ano	8,5	11,4	16,9	4,6	4,4	7,3
1 a 3 anos	10,4	12,9	16,2	7,3	8,4	9,7
4 a 7 anos	24,8	25,3	24,6	22,8	29,4	26,0
8 a 10 anos	17,0	17,5	14,1	18,2	18,1	17,6
11 anos ou mais	39,3	32,8	28,2	47,1	39,6	39,3
TOTAL⁽¹⁾	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclusive as pessoas com anos de estudo não determinados e sem declaração

**Média de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade,
total e ocupada, por sexo - Brasil e Grandes Regiões 2007 (anos de estudo)**

Tabela 37

Brasil e Grandes Regiões	População total			População ocupada		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Norte	8,2	7,6	9,1	8,1	7,5	9,0
Nordeste	7,4	6,8	8,2	7,2	6,7	8,1
Sudeste	9,7	9,4	10,1	9,7	9,4	10,1
Sul	9,2	8,9	9,6	9,2	8,9	9,6
Centro-Oeste	9,0	8,5	9,7	9,0	8,5	9,7
BRASIL	8,9	8,4	9,5	8,8	8,4	9,4

Fonte: IBGE. Pnad
Elaboração: DIEESE

Obs.: Excluídas as informações das pessoas com anos de estudo não determinados ou sem declaração

estudos e pesquisas

Ano 3 – Nº 24 – setembro de 2006

A ocupação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos



A ocupação dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos

No Brasil, as profundas transformações pelas quais a economia vem passando dificultam a inserção ocupacional da força de trabalho, sobretudo da população jovem. No contexto de um elevado excedente de mão-de-obra, os jovens em idade de trabalhar² constituem um dos segmentos mais frágeis na disputa por um posto de trabalho e para quem o problema do desemprego é mais latente. Nesse sentido, mesmo quando o jovem consegue uma ocupação, verifica-se que esta apresenta características diferenciadas – normalmente é menos regular e mais precarizada.

O problema da inserção ocupacional torna-se mais grave para jovens com determinados atributos pessoais, principalmente, para aqueles oriundos de famílias de menor renda.

Conforme mostram os dados da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego –, realizada pelo DIEESE, Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), Ministério do Trabalho e Emprego/FAT e governos locais, em cinco regiões metropolitanas (Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo) e no Distrito Federal, os jovens enfrentam grandes dificuldades para entrar no mercado de trabalho. Quando ocupados, suas inserções variam em função da renda familiar, quanto à possibilidade de freqüentar escola, ao setor de atividade econômica em que trabalham, a forma de inserção, rendimentos, jornada de trabalho e região de domicílio.

Assim, as diretrizes e os programas para a inclusão no mercado de trabalho e a formação profissional dos jovens não podem deixar de levar em consideração as desigualdades de oportunidades segundo a condição familiar deste segmento da população.

² Conforme definição adotada pela Organização das Nações Unidas – ONU, o segmento juvenil representa uma parcela demográfica situada na faixa etária dos 15 aos 24 anos. Nesse estudo, são considerados jovens os indivíduos com idade entre 16 e 24 anos. O limite de 16 anos refere-se à idade mínima legal estabelecida no Brasil para a participação no mercado de trabalho.

1. Os jovens em mercados de trabalho metropolitanos

Em 2005, no Distrito Federal e nas cinco regiões metropolitanas em que a PED é realizada, a população jovem, entre 16 e 24 anos, somava 6,5 milhões de pessoas, correspondendo a 23,8% da população acima de 16 anos residente nestas áreas. Deste contingente, grande parte - 4,6 milhões - fazia parte da força de trabalho local, na condição de ocupados ou de desempregados. Tais informações mostram que é expressiva a presença deste segmento na População Economicamente Ativa (PEA) com mais de 16 anos, representando um quarto dos trabalhadores (25,0%) - Tabela 1.

TABELA 1

**Estimativa da população acima de 16 anos e jovens
de 16 a 24 anos, segundo condição de atividade**

**Distrito Federal e Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte,
Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo- 2005**

(em 1.000 pessoas)

Condição de Atividade	Número de pessoas acima de 16 anos	Jovens de 16 a 24 anos	
		Número de pessoas	(%)
População	27.143	6.452	23,8
População Economicamente Ativa	18.489	4.629	25,0
Ocupados	15.248	3.157	20,7
Desempregados	3.241	1.473	45,5
Inativos	8.655	1.823	21,1

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Entre os ocupados com mais de 16 anos (15,2 milhões), os jovens representaram uma proporção de 20,7%, totalizando 3,2 milhões de pessoas. No entanto, quando se consideram os desempregados, a proporção é bem maior: entre os 3,2 milhões de desempregados acima de 16 anos nas regiões metropolitanas analisadas, 1,5 milhões de pessoas estavam na faixa etária entre 16 e 24 anos, o que significava 45,5% do total de desempregados acima de 16 anos.

A proporção de jovens na população total acima de 16 anos, em cada uma das regiões pesquisadas pela PED, não se diferencia de forma substancial. A distribuição espacial deste segmento da população indica que a parcela referente aos jovens, em relação ao conjunto da população com idade superior a 16 anos, variou entre 22,3%, na Região Metropolitana de Porto Alegre, e 26,4% na de Salvador (Tabela 2).

TABELA 2**Estimativa da população acima de 16 anos e jovens de 16 a 24 anos****Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2005**

(em 1.000 pessoas)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	População total acima De 16 anos (A)	Jovens de 16 a 24 anos (B)	B/A (%)
Belo Horizonte	3.542	870	24,6
Distrito Federal	1.642	431	26,3
Porto Alegre	2.833	631	22,3
Recife	2.646	636	24,0
Salvador	2.489	658	26,4
São Paulo	13.991	3.226	23,1

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

2. A evolução recente da inserção dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos

O grau de inserção dos jovens nos mercados de trabalho metropolitanos pode ser auferido por dois indicadores:

i) a pressão exercida por essa população em seus respectivos mercados de trabalho, expressa pela taxa de participação³ e;

ii) a falta de oportunidades, expressa pela taxa de desemprego.

Conforme os dados da PED de 2005, verifica-se que a taxa de participação dos jovens foi bastante elevada e muito próxima da taxa das pessoas com 25 anos ou mais, embora os percentuais se diferenciassem nas regiões pesquisadas: as áreas do país que apresentam um mercado de trabalho mais dinâmico tendem a apresentar um engajamento mais expressivo dessa parcela da população. Assim, em São Paulo, Belo Horizonte e Distrito Federal, a população jovem apresentou maior participação no mercado de trabalho, correspondendo a parcelas superiores às registradas para o total da população com 25 anos e mais. Já em Recife e Salvador, a situação foi inversa, ou seja, os jovens participaram relativamente menos no mercado de trabalho, *vis-à-vis*, o total da população com 25 anos e mais (Tabela 3).

A desagregação das taxas de participação dos jovens segundo grupos de idade mostrou ainda que a inatividade é maior entre aqueles que têm entre 16 e 17 anos, decorrente, em parte do maior tempo dedicado à educação e também da preocupação generalizada com incremento da formação profissional. A participação também é menor entre as jovens, acompanhando, em geral, o padrão de inserção da população acima de 16 anos. Observa-se, porém, que as distâncias entre a participação de homens e mulheres são menores do que aquelas observadas para a população com idade acima de 16 anos. Tal fato pode sugerir uma mudança de comportamento das novas gerações em relação à presença feminina no mercado de trabalho.

³ É a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA) e indica a proporção de pessoas incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada.

TABELA 3

Taxas de participação e de desemprego dos jovens de 16 a 24 anos e da população total acima de 25 anos

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2005

(em porcentagem)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Taxas de participação		Taxas de desemprego	
	Jovens de 16 a 24 anos	População total acima de 25 anos	Jovens de 16 a 24 anos	População total acima de 25 anos
Belo Horizonte	70,6	65,4	30,5	11,2
Distrito Federal	72,4	72,6	35,4	12,4
Porto Alegre	69,3	63,1	26,3	10,6
Recife	55,2	58,6	39,9	17,0
Salvador	66,3	69,0	41,4	18,3
São Paulo	76,8	68,7	29,8	11,9

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Em relação à taxa de desemprego dos jovens, verificou-se também que essa foi menor nas regiões metropolitanas com mercados de trabalho mais dinâmicos (Porto Alegre, 26,3%) e maior nas regiões com mercados de trabalho adversos (Salvador, 41,4%). Contudo, em contraposição à taxa de participação, que se apresentou praticamente nos mesmos patamares para jovens e para a população acima de 25 anos, a taxa de desemprego chegou a ser mais de duas vezes superior entre os jovens quando comparada à taxa de desemprego para a população com mais de 25 anos.

Tais dados evidenciam que os jovens buscam efetivamente uma oportunidade de trabalho, assim como o conjunto da população economicamente ativa. Entretanto, sua dificuldade é mais acentuada, expressa através das elevadas taxas de desemprego, uma vez que concorre com pessoas com maior experiência profissional e maior vivência no mundo de trabalho.

Neste contexto, a falta de perspectiva profissional para a juventude se destaca como um dos principais fatores de desagregação social no período atual brasileiro. Entre

os jovens, as maiores taxas de desemprego foram observadas, principalmente, entre aqueles entre 16 e 17 anos e entre os do sexo feminino.

Entre 2004 e 2005, a taxa de participação dos jovens decresceu em quase todas as regiões pesquisadas, com exceção de São Paulo, onde houve oscilação positiva. Esse discreto aumento na inatividade vem acompanhado de quedas substanciais (que chegam a atingir -10,2% em Porto Alegre) nas taxas de desemprego em todas as seis regiões consideradas no estudo (Tabela 4). A explicação para o aumento do número de jovens inativos pode estar na preocupação com a escolaridade combinada com o desalento, mas também pode ser resultante da redução do desemprego para os chefes de família, do discreto aumento da renda familiar dos mais pobres e também das políticas públicas em geral.

TABELA 4**Taxas de participação e de desemprego dos jovens de 16 a 24 anos****Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2004 e 2005**

(em porcentagem)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Taxas de participação		Taxas de desemprego	
	2004	2005	2004	2005
Belo Horizonte	71,8	70,6	34,1	30,5
Distrito Federal	72,8	72,4	38,0	35,4
Porto Alegre	70,3	69,3	29,3	26,3
Recife	58,5	55,2	41,7	39,9
Salvador	67,5	66,3	42,8	41,4
São Paulo	76,7	76,8	32,6	29,8

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

3. A ocupação juvenil nos mercados de trabalho metropolitanos

Nas regiões analisadas, os jovens ocupados somam 3.157 mil pessoas e equivalem a 20,7% do total de ocupados de 16 anos e mais (Tabela 1). Nessas regiões, a proporção de jovens ocupados é semelhante e variou entre 17,7% (Recife) e 21,6% (Belo Horizonte) - Tabela 5.

TABELA 5

Estimativa da população ocupada acima de 16 anos e jovens de 16 a 24 anos

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2005

(em 1.000 pessoas)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	População total acima De 16 anos (A)	Jovens de 16 a 24 anos (B)	B/A (%)
Belo Horizonte	1.980	427	21,6
Distrito Federal	972	202	20,8
Porto Alegre	1.564	322	20,6
Recife	1.187	211	17,7
Salvador	1.288	256	19,9
São Paulo	8.258	1.740	21,1

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

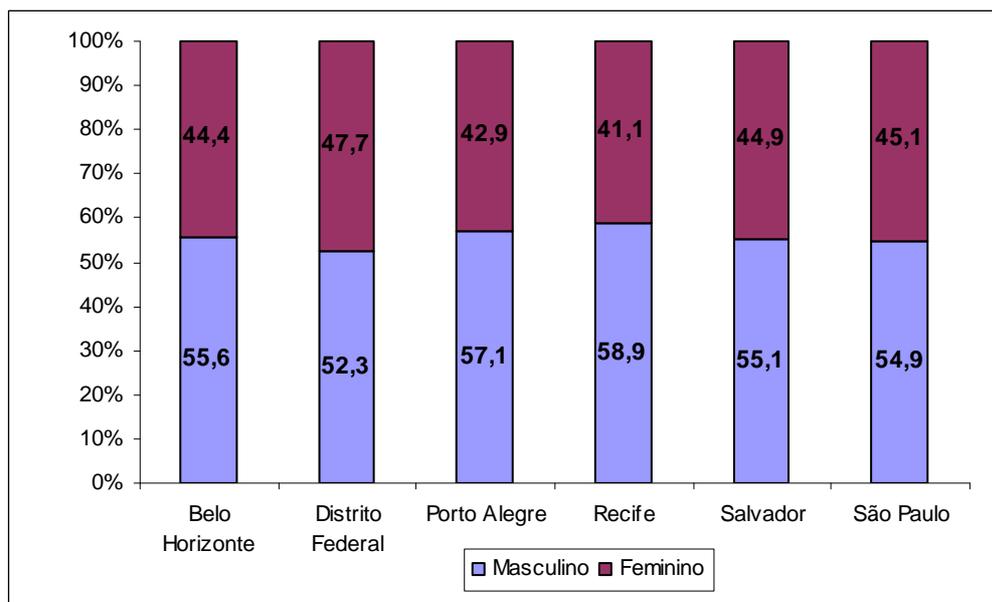
Entre os jovens, também se reproduz a desigualdade de oportunidades no mercado de trabalho verificada entre as mulheres, com algumas agravantes regionais e por faixas etárias explicadas por fatores culturais, sociais e econômicos. Em 2005, a proporção das ocupadas de 16 a 24 anos em relação ao total foi inferior à dos homens jovens ocupados em todas as seis regiões onde a PED é realizada. Os mais baixos percentuais das jovens no mercado de trabalho foram registrados em Recife (41,1%) e em Porto Alegre (42,9%), enquanto as participações mais equitativas para os jovens, em

termos de gênero, foram verificadas no Distrito Federal (47,7%) e em São Paulo (45,1%) (Gráfico 1).

GRÁFICO 1

Distribuição dos jovens de 16 a 24 anos ocupados segundo gênero

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2005



(em porcentagem)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

A inserção do jovem no mercado de trabalho dá-se de forma distinta, segundo a condição socioeconômica da sua família, como demonstram estudos do DIEESE. Diante disso, nos tópicos seguintes, são apresentadas as características do padrão de inserção ocupacional dos jovens, a partir da condição de renda da família a qual pertencem e apresentando a influência desse fator no perfil dos jovens ocupados.

Escola e trabalho

A fase compreendida entre 16 e 24 anos é das mais relevantes, uma vez que é nela que tendem a ocorrer a conclusão da formação escolar e o ingresso na vida

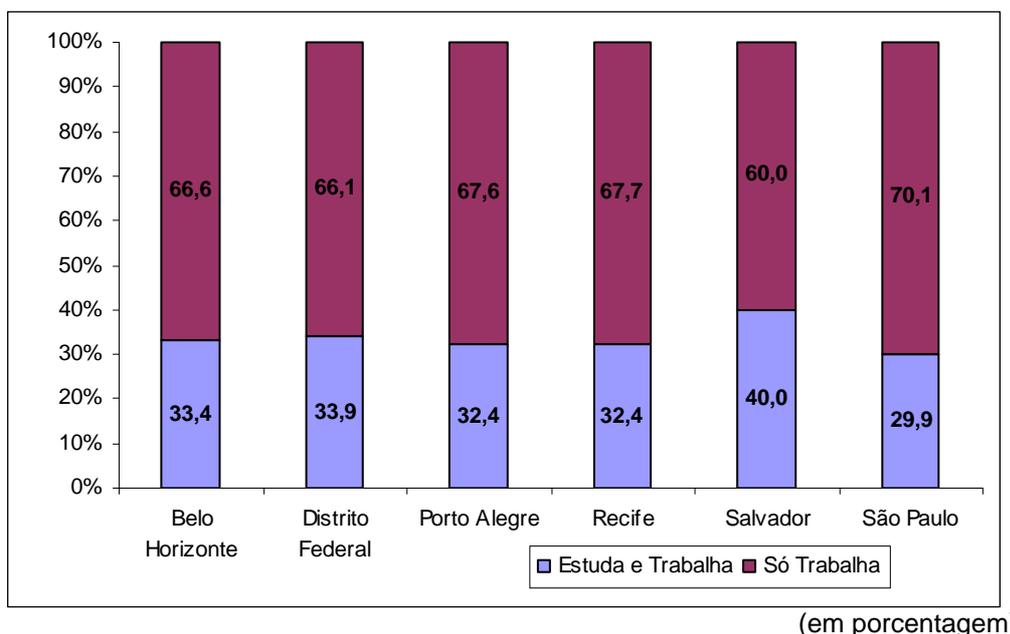
profissional. Assim, os sucessos escolares e ocupacionais nessa faixa etária têm importância destacada e se refletem e/ou determinam o restante da vida do trabalhador.

A maioria dos jovens ocupados não conseguiu conciliar a formação escolar e profissional, nas seis regiões metropolitanas. A proporção de jovens ocupados que somente trabalha foi maior que a proporção de jovens que estuda e trabalha em todas as regiões investigadas (Gráfico 2).

GRÁFICO 2

Distribuição dos jovens de 16 a 24 anos ocupados segundo situação de trabalho e estudo

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2005



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Os jovens de famílias de baixa renda encontram maior dificuldade para conciliar estudo e trabalho, como revela a análise da distribuição dos jovens ocupados segundo situação de trabalho e estudo por quartis de renda familiar. Em 2005, entre 69,4% (Salvador) e 78,9% (Distrito Federal) dos jovens ocupados que pertencem a famílias de menor poder aquisitivo (primeiro quartil⁴) somente trabalham. Para os jovens ocupados

4

O conjunto das rendas familiares é composto por quatro quartis:

oriundos das famílias de maior poder aquisitivo (quarto quartil), uma proporção bem inferior, entre 46,8% (Distrito Federal) e 62,5% (Recife) somente trabalharam (Tabela 6).

TABELA 6
Distribuição dos jovens ocupados de 16 a 24 anos segundo situação de trabalho e estudo
e por grupo de quartis do rendimento familiar mensal
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal –2005

(em porcentagem)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Grupos de Famílias			
	1° Quartil	2° Quartil	3° Quartil	4° Quartil
Belo Horizonte	100,0	100,0	100,0	100,0
Estuda e Trabalha	(1)	26,9	30,7	43,2
Só Trabalha	74,4	73,1	69,3	56,8
Distrito Federal	100,0	100,0	100,0	100,0
Estuda e Trabalha	21,1	26,7	31,0	53,2
Só Trabalha	78,9	73,3	69,0	46,8
Porto Alegre	100,0	100,0	100,0	100,0
Estuda e Trabalha	24,2	23,6	27,9	45,5
Só Trabalha	75,8	76,4	72,1	54,5
Recife	100,0	100,0	100,0	100,0
Estuda e Trabalha	30,0	26,9	31,1	37,5
Só Trabalha	70,0	73,1	68,9	62,5

Grupo 1, ou 1° Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar

Grupo 2, ou 2° Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar imediatamente superior ao Grupo 1

Grupo 3, ou 3° Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar imediatamente superior ao Grupo 2

Grupo 4, ou 4° Quartil = 25% das Famílias com maior renda familiar

Salvador	100,0	100,0	100,0	100,0
Estuda e Trabalha	30,6	36,2	36,5	49,7
Só Trabalha	69,4	63,8	63,5	50,3
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Grupos de Famílias			
	1° Quartil	2° Quartil	3° Quartil	4° Quartil
São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0
Estuda e Trabalha	23,5	22,1	25,9	40,8
Só Trabalha	76,5	77,9	74,1	59,2

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Obs.: a) Inflator utilizado: IPCA/BH/ Ipead; INPC-DF/IBGE; IPC-Iepe/RS; INPC-RMR/IBGE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP. Valores em reais de abril de 2006

b) Grupo 1º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar

Grupo 2º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar imediatamente superior ao Grupo 1

Grupo 3º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar imediatamente superior ao Grupo 2

Grupo 4º Quartil = 25% das Famílias com maior renda familiar

A maior proporção de jovens ocupados possui o ensino médio completo em todas as regiões onde a PED foi realizada em 2005, oscilando entre 37,1% (Porto Alegre) e 47,9% (São Paulo). Os jovens ocupados com ensino fundamental incompleto (que engloba também os analfabetos) perfazem a segunda maior proporção no Distrito Federal (16,7%), Porto Alegre (17,1%), Recife (27,8%) e Salvador (21,9%). Nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte (18,9%) e São Paulo (15,9%), os com ensino médio incompleto somaram as segundas maiores parcelas (Tabela 7).

TABELA 7

Distribuição dos jovens ocupados de 16 a 24 anos segundo escolaridade

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2005

(em porcentagem)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Escolaridade					
	Ensino fundamental incompleto (1)	Ensino fundamental completo	Ensino médio incompleto	Ensino médio completo	Ensino superior incompleto	Ensino superior completo
Belo Horizonte	14,2	11,1	18,7	43,7	9,7	(2)
Distrito Federal	16,7	11,0	15,5	39,6	13,2	3,9
Porto Alegre	17,1	14,4	16,0	37,1	13,7	(2)
Recife	27,8	9,8	13,5	40,1	7,5	(2)
Salvador	21,9	9,8	15,8	37,6	12,1	(2)
São Paulo	12,6	9,1	15,9	47,9	10,3	3,9

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Inclui os alfabetizados sem escolaridade

(2) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Em 2005, o ensino médio completo foi o nível de escolaridade mais frequente entre os jovens ocupados pertencentes às famílias mais ricas (terceiro e quarto quartil). Já para os jovens ocupados das famílias com menores rendimentos mensais, o ensino fundamental incompleto⁵ foi predominante. Tais informações revelam a importância das condições financeiras familiares na formação escolar do jovem ocupado.

Setorial

Em todas as regiões pesquisadas pela PED em 2005, o setor Serviços foi o que mais empregou os jovens – até 61,9% dos jovens ocupados no Distrito Federal e 55,1% em Salvador; ainda que estas atividades sejam as preponderantes nas economias dos

⁵ Engloba o analfabetismo.

grandes centros urbanos. O segundo setor que mais teve jovens ocupados foi o comércio, em quatro das seis regiões investigadas (Belo Horizonte, Distrito Federal, Recife e Salvador) e a indústria, nas outras duas regiões (Porto Alegre e São Paulo) - Tabela 8.

TABELA 8

Distribuição dos jovens ocupados de 16 a 24 anos segundo setor de atividade
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal –2005

(em porcentagem)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Setor de atividade					
	Indústria	Comércio	Serviços	Emprego doméstico	Construção civil	Outros
Belo Horizonte	15,9	21,3	49,9	7,4	5,0	(1)
Distrito Federal	4,0	23,5	61,9	7,1	(1)	(1)
Porto Alegre	25,2	22,0	46,2	3,0	3,3	(1)
Recife	10,4	24,0	50,5	7,1	3,3	4,7
Salvador	10,4	21,3	55,1	7,2	(1)	(1)
São Paulo	22,1	20,6	48,2	5,3	3,4	(1)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

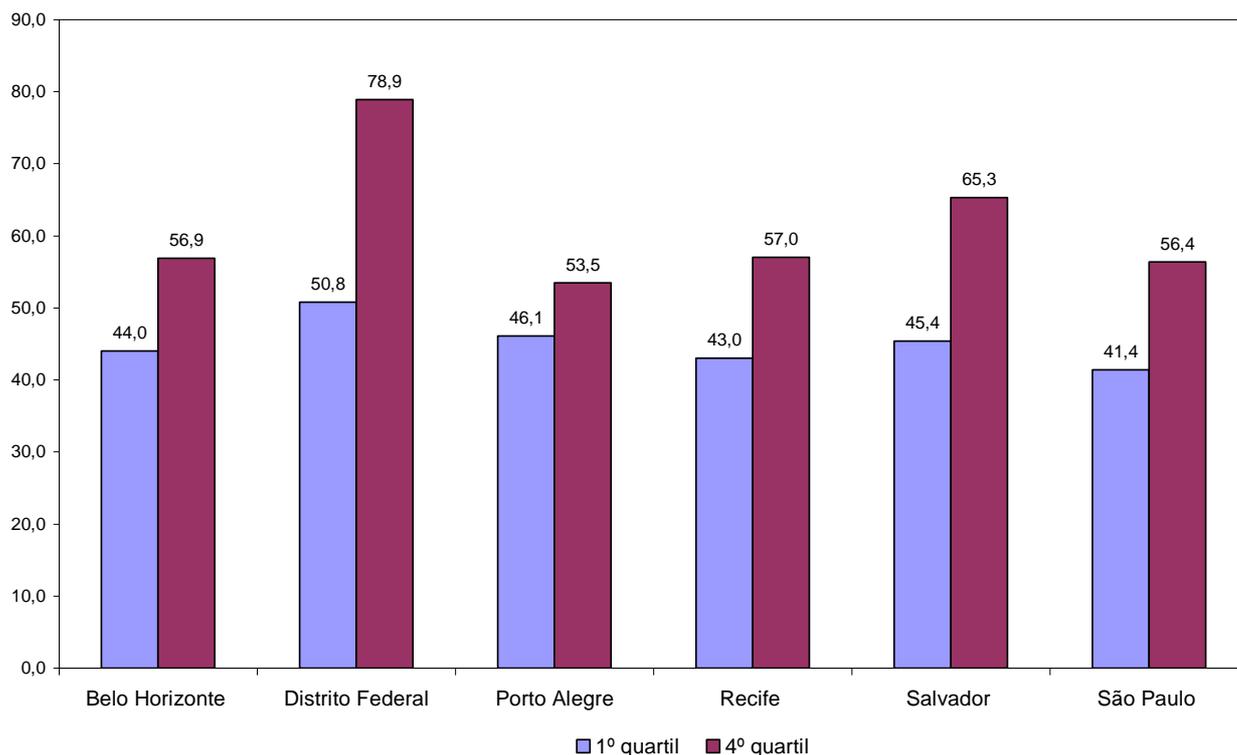
Segundo os quartis de renda das famílias dos jovens ocupados nos serviços, verifica-se que, à medida que aumenta o rendimento da família, cresce também a proporção de jovens empregados nesse setor: a menor participação no primeiro quartil de renda foi encontrada em São Paulo (41,4%) e a maior no quarto quartil, no Distrito Federal (78,9%). Jornadas de trabalho mais flexíveis no setor de serviços, que permitem aos jovens das famílias mais ricas conciliarem estudo e trabalho, podem ser um dos fatores para explicar a maior presença neste setor, já que no comércio e na indústria, a jornada tende a ser menos flexível (Gráfico 3).

GRÁFICO 3

Proporção dos jovens de 16 a 24 anos ocupados no setor de
Serviços e pertencentes ao 1º e ao 4º quartil de renda familiar

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2005

(em porcentagem)



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs.: Grupo 1º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar

Grupo 4º Quartil = 25% das Famílias com maior renda familiar

Forma de inserção

Em 2005, em todas as regiões investigadas pela PED, a maioria dos jovens ocupados no mercado de trabalho era assalariada. A participação dos assalariados no total de jovens ocupados variou entre 69,8% (Recife) e 86,0% (Porto Alegre).

Entre esses, a maior parte trabalhou para o setor privado e com carteira assinada. As maiores proporções de jovens assalariados no setor privado com carteira assinada foram observadas em Porto Alegre (58,4%) e em Belo Horizonte (53,2%). As regiões com as menores proporções de jovens com essa forma de inserção foram Recife (36,9%) e Salvador (39,8%). São Paulo liderou a proporção de jovens assalariados do setor privado sem carteira assinada (27,6%). A participação dos jovens assalariados do setor público se destacou no Distrito Federal (10,2%). Em Salvador (18,6%) e Recife (17,5%), observou-se a existência de uma parcela maior de jovens ocupados como autônomos, ainda que na primeira região esses jovens trabalhassem diretamente para o público, e na segunda desenvolvessem trabalhos prioritariamente para empresas. Por fim, a inserção do jovem como empregado doméstico foi maior em relação ao total de jovens ocupados, em Belo Horizonte (7,4%) e menor em Porto Alegre (3,0%). (Tabela 9)

TABELA 9

Distribuição dos jovens ocupados de 16 a 24 anos segundo posição na ocupação
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal –2005

(em porcentagem)

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal	Assalariados				Autônomos				Outros	
	Total	Setor privado		Setor público	Total	Trabalha para o público	Trabalha para empresas	Empregado doméstico		
		Total	Com carteira assinada							Sem carteira assinada
Belo Horizonte	79,0	72,9	53,2	19,7	6,1	12,5	7,9	4,6	7,4	(1)
Distrito Federal	80,0	69,8	49,0	20,8	10,2	9,8	5,2	4,6	7,1	(1)
Porto Alegre	86,0	78,0	58,4	19,6	8,0	7,7	4,5	3,2	3,0	(1)
Recife	69,8	61,2	36,9	24,3	8,6	17,5	8,4	9,1	7,1	(1)
Salvador	71,6	64,5	39,8	24,7	7,1	18,6	14,3	4,3	7,2	(1)
São Paulo	80,4	76,9	49,3	27,6	3,5	11,3	4,0	7,4	5,3	(1)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria

Em 2005, verificou-se que a formalização na contratação é maior na medida em que aumenta a renda familiar. Em todas as seis regiões investigadas pela PED, a proporção de jovens ocupados como assalariados - ocupação com remuneração mais regular e relação de trabalho relativamente mais estável – foi maior para aqueles de família com maior poder aquisitivo, que parece indicar que quanto maior a renda familiar, maior a chance de contratação com vínculo formal de trabalho. Em contrapartida, a proporção de jovens ocupados como autônomos – com menor regularidade de remuneração e relação de trabalho muito precária – diminui com o aumento da renda familiar. Ou seja, os jovens de famílias com poder aquisitivo mais elevado têm melhor inserção no mercado de trabalho.

Essa crescente vulnerabilidade na contratação dos jovens em função da renda familiar também foi observada quando se compara os assalariados de 16 a 24 anos do setor privado com ou sem carteira de trabalho assinada. Em Belo Horizonte, Distrito Federal e Porto Alegre, os jovens com vínculo de trabalho mais formal totalizaram mais que o dobro dos sem carteira e a formalização é uma realidade para todos os extratos de renda familiar. Nas outras regiões metropolitanas (Salvador, Recife e São Paulo), a parcela dos jovens sem carteira superou os com carteira para os ocupados pertencentes às famílias mais pobres (primeiro quartil). No caso dos jovens ocupados das famílias mais ricas (quarto quartil), a parcela de contratados com vínculo formal superou a dos sem carteira.

Rendimento

Foi muito elevada a diferença de remuneração entre os jovens ocupados das distintas regiões pesquisadas pela PED. Em 2005, enquanto em Recife o rendimento médio real mensal foi de apenas R\$ 318,00, no Distrito Federal atingiu R\$ 573,00, diferença de 80,2%. Entre esses rendimentos extremos, situam-se Salvador (R\$ 378,00), Belo Horizonte (R\$ 426,00), Porto Alegre (R\$ 523,00) e São Paulo (R\$ 560,00).

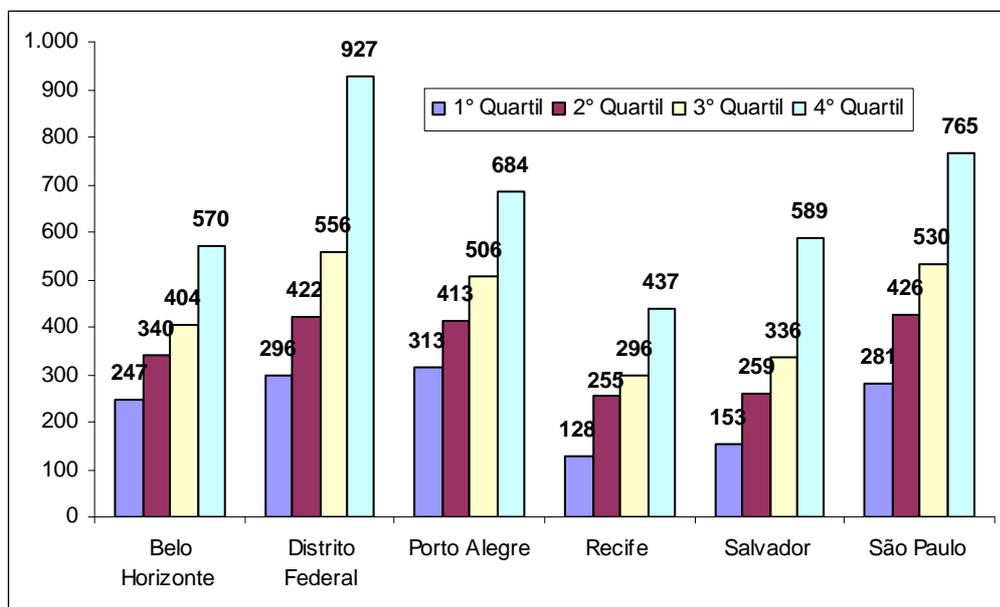
Em 2005, em todas as regiões investigadas, a renda dos jovens ocupados é maior quanto mais elevado é o total de rendimentos das famílias. Isso é resultado da melhor preparação para o mercado de trabalho dos jovens das famílias com maior poder aquisitivo (Gráfico 4).

GRÁFICO 4

Rendimento médio real mensal dos jovens de 16 a 24 anos ocupados

segundo o grupo de quartis do rendimento familiar mensal

Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2005



(em reais de abril de 2006)

Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs.: Grupo 1º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar

Grupo 2º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar imediatamente superior ao Grupo 1

Grupo 3º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar imediatamente superior ao Grupo 2

Grupo 4º Quartil = 25% das Famílias com maior renda familiar

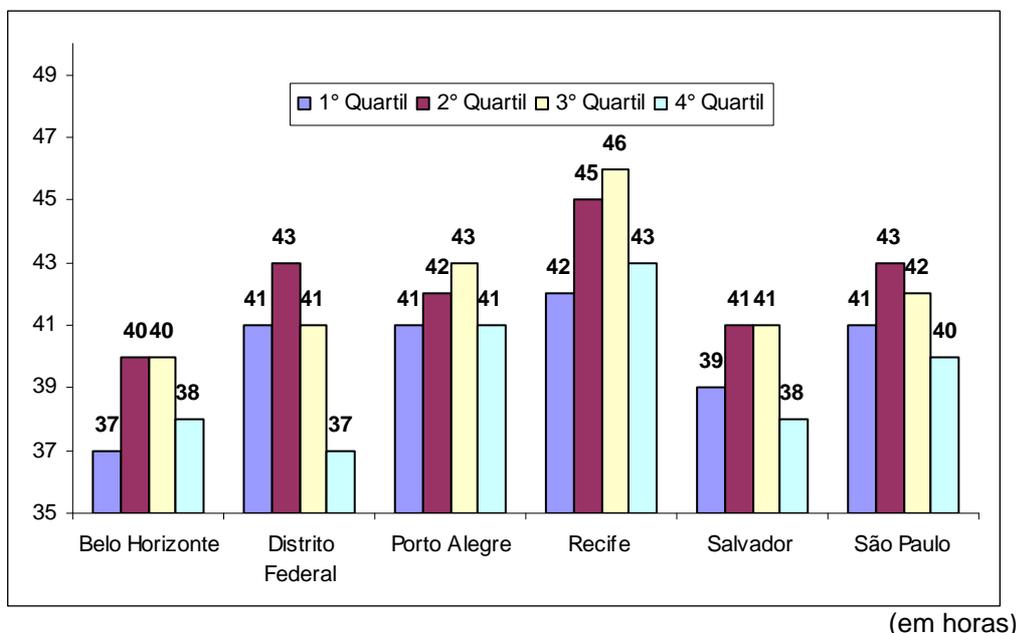
Jornada

Em 2005, a jornada de trabalho média semanal foi muito alta para o conjunto dos jovens ocupados, principalmente, ao se considerar a possibilidade de conciliar trabalho e estudo, mesmo em Belo Horizonte, onde se registrou a menor jornada média semanal (39 horas). A maior jornada média semanal de trabalho para os jovens ocupados foi de 44 horas, em Recife – no limite da jornada máxima legal no Brasil. Outras regiões registraram jornadas médias semanais intermediárias entre esses dois limites: 40 horas em Salvador, 41 horas em São Paulo e no Distrito Federal e 42 horas em Porto Alegre.

Quanto aos quartis de renda familiar, observou-se que as maiores jornadas médias semanais foram registradas nos extratos de renda intermediários, ou seja, nem entre os pertencentes às famílias 25% mais ricas nem às 25% mais pobres, mas nas famílias que se situam entre esses dois grupos extremos. Em três regiões investigadas – Distrito Federal, Salvador e São Paulo – a jornada média semanal dos jovens do primeiro quartil, ou de menor renda, superou a daqueles pertencentes ao quarto quartil (Gráfico 5).

GRÁFICO 5

**Jornada média semanal dos jovens de 16 a 24 anos ocupados
segundo o grupo de quartis do rendimento familiar mensal
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2005**



Fonte: Convênio DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs.: Grupo 1º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar

Grupo 2º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar imediatamente superior ao Grupo 1

Grupo 3º Quartil = 25% das Famílias com menor renda familiar imediatamente superior ao Grupo 2

Grupo 4º Quartil = 25% das Famílias com maior renda familiar

4. Considerações finais sobre a ocupação juvenil nos mercados de trabalho metropolitanos

Apesar da grande presença na força de trabalho, mais de um quarto dos jovens de 16 a 24 anos enfrenta dificuldades para encontrar trabalho. Em geral, o jovem ocupado é do sexo masculino, possui ensino médio completo, tem dificuldade de conciliar trabalho e estudo, desenvolve suas atividades no setor de serviços, cumpre uma extensa jornada de trabalho (acima de 39 horas em todas as regiões analisadas), é assalariado e tem carteira de trabalho assinada. O rendimento é muito variável, situado entre um e dois salários mínimos.

Contudo, é nítida a desigualdade de oportunidades ocupacionais quando se leva em consideração o grupo de renda familiar a que pertence esse jovem ocupado. Notadamente, a realidade ocupacional dos jovens oriundos das famílias mais pobres situa-se muito aquém desse perfil, uma vez que a grande maioria apenas trabalha e não estuda, possui o ensino fundamental incompleto e recebe rendimentos médios inferiores a um salário mínimo. A realidade ocupacional dos jovens oriundos das famílias com melhor poder aquisitivo apresenta níveis superiores ao perfil médio esboçado – apesar de também revelar traços preocupantes como a extensa jornada de trabalho.

É clara a influência da condição de renda da família sobre o perfil ocupacional dos jovens e, a partir dessa constatação, é importante a elaboração de políticas públicas que, de um lado, promovam uma melhor distribuição da renda no País e, de outro, busquem o desejável equilíbrio entre a formação escolar e profissional e a inserção do jovem no mercado de trabalho.